

Opinião.

Artigos

Zona Franca

Wilson Périco

presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas CIEAM.

A renúncia fiscal concedida à Zona Franca de Manaus (ZFM) é transformada em benefícios diretos para a Amazônia e para o Brasil, diferentemente de outros modelos, de acordo com os estudos da USP, a União recolhe 54,42% das riquezas produzidas na ZFM. Longe de ser um paraíso fiscal, o modelo responde por mais de 50% dos impostos federais da Região Norte. Dados da Receita Federal demonstram que das 27 entidades federativas, apenas 8 devolvem à União, em arrecadação de tributos, mais do que recebem no repasse compulsório. O Amazonas é um deles. A PEC 103, do próprio Governo Federal, que assegura mais 50 anos para a ZFM, é um sinal eloquente deste acerto fiscal do modelo.

Ironicamente, as iniciativas contra o modelo partem de uma área que concentra mais da metade da

riqueza do Brasil. Nosso dever de casa foi, também, ter faturado R\$ 85 bilhões em 2013, gerando um percentual de tributos duas vezes e meia em relação à alegada renúncia fiscal de R\$ 23 bilhões. Este valor se refere aos 7 estados da Amazônia, e representaria apenas 17% da renúncia total, da qual o Sudeste abocanha mais de 48% da renúncia fiscal do país, além de consumir mais de 60% dos recursos do BNDES enquanto que a região Norte consome só 1,6% desses recursos.

Prorrogar a Zona Franca não significa que, a partir daí, serão sanadas todas as dificuldades de investir na Amazônia onde a logística é cara e precária. Postulamos assentar à mesa do debate da política industrial do país, definindo a ZFM como capaz de atrair novos investimentos e assegurar que os incentivos que anteparem este modelo não fiquem à mercê de mudanças conjunturais e eleitorais. Prorrogar sem integrar levará o Brasil, a ZFM e a Amazônia a nenhum lugar.

Josef K. vive no DF

Jorge Eduardo Antunes

Jornalista e diretor de Comunicação das Organizações PaulOOctavio

Nem Franz Kafka conseguiu escrever uma história como a que 72 famílias vivem hoje. Todas são compradoras do Residencial Monte Verde, construído pela PaulOOctavio em Sobradinho e entregue em 21 de setembro do ano passado.

Para providenciar o "habite-se" e a entrega das chaves, a empresa deu entrada, 15 dias antes, com o projeto de "as built" – onde são informadas correções efetuadas nas obras, muitas para atender ao GDF. Mas, em 24 de setembro, diante da circular da Diretoria de Análise e Aprovação de Projetos (DIAAP) do GDF, que informava que novos projetos acima de 3.000m² ou antigos cujas modificações somassem mais do que esta área deveriam ser encaminhados para seu crivo, o administrador remeteu o processo do Monte Verde à DIAAP, embora o projeto de construção já estivesse aprovado.

O processo voltou à Administração Regional, informando que, co-

mo não se tratava de aprovação inicial, a responsabilidade era de Sobradinho. Em seguida, foi acionada a Assessoria Técnica da Administração Regional (Astec), solicitando que esta decidisse quem deveria analisar o projeto: Sobradinho ou a Força Tarefa para Aprovação de Projetos (FTAPE), da Casa Civil. A Astec recomendou encaminhar o caso à Casa Civil, com cópia para a Procuradoria do Distrito Federal (PGDF), ampliando a burocracia.

Em dezembro, a Casa Civil informou que, como o projeto já havia sido aprovado e licenciado anteriormente, a FTAPE não teria como fazer nenhuma análise. E a partir daí, a PaulOOctavio e os compradores deixaram de ter acesso aos pareceres oficiais. Só sabem que a Administração Regional se nega a analisar o processo que ela mesma havia aprovado e que a Procuradoria-Geral do DF ainda não tem solução para o caso.

Seis meses após a entrega, empresa e compradores vivem a situação kafkiana de não saber o que fazer. Josef K. acharia seu processo uma moleza...

Charge

INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA?



Cartas do leitor

Cartas para a redação:

SIG trecho I - Lote 765 - Brasília - DF CEP 70610-400.

E-mail: cartas@jornaldebrasil.com.br. Inclua nome completo, endereço e identidade.

Trem da alegria

É de estranhar os excelentíssimos senhores deputados distritais defenderem esse trem da alegria que tenta ter vida na Câmara Legislativa do DF, com funcionários ascendendo cargos sem o devido concurso público, mesmo sendo algo imoral e ilegal, pois a própria Constituição Federal proíbe. Das duas uma: ou algum parlamentar tem algo a temer por parte dos funcionários pleiteantes ou então é porque é fácil fazer graça com o dinheiro alheio, nesse caso, do contribuinte, a fim de angariar alguma coisa em troca.

Manoel Soares, Planaltina

Dia da Mentira

No dia primeiro de abril postei no Facebook um texto onde dizia que: O Congresso Nacional acaba de determinar o fim das Verbas Indenizatórias, das Verbas de Gabinete, dos Vale Paletó, Selo e Auxílio Moradia. Muitos amigos curtiram e comentaram, inocentemente, sem perceber que era dia da mentira. Rogo a Deus que, um dia, todas essas benesses e imoralidades cheguem a um fim. Mas para isto tem-se de deixar de eleger alguns que lá estão camuflados em vestes com a intenção pura e simples de "enriquecer" a exemplo do deputado André Vargas que está envolvido até o pescoço com um doleiro ladrão e preso. Nós, pobres mortais, nos deparamos vez por outra com esse tipo de parlamentar. A pergunta é: E quantos iguais a ele estão lá na Câmara e no Senado? É para refletirmos e ficarmos cientes de que esses caras

não fazem nada além de se locupletarem, especialmente, os que são de blocos. Só votam o que lhes interessa.

José Monte Aragão, Sobradinho

Sem solução

Para a feitura, há a plástica. Para o peso, há o regime. Para a pobreza, há o trabalho. Para os dentes, há aparelhos. Para a careca, há o implante. Mas para a falta de caráter e hipocrisia, não há nenhum tipo de tecnologia que resolva...

Paulo Henrique Coimbra de Oliveira, Barra da Tijuca (RJ)

A quem culpar?

A relativização dos valores é como uma anestesia atuando no corpo da sociedade – torna-o dormiente e inseguro do que é certo e errado, torna-o disperso e conivente com todas as ações covardes que apelam às manipuladas leis, torna-o relaxado e repleto de ideologias e doutrinas, altamente dispersas e relativizadas em filosofias comprometidas. Assim, como serem objetos de barganha política, CPIs que serão criadas, ou não, e que poderão, ou não, apurar desvios de dinheiro público? Como privilegiar, com leis, criminosos que possuem maior grau de instrução e que, justamente por isso, têm facilidades maiores, tanto para praticar o crime, quanto para dele se safar? Os culpados desse estado de coisas? Todos nós que nos desabituíamos ao exercício da autonomia e que abrimos mão do escândalo e da dignidade.

Marcelo Gomes Jorge Feres, Rio de Janeiro (RJ)

Comentários do Jornal de Brasília. com.br

Transporte I

A melhoria é bem simples: mais ônibus principalmente nas cidades satélites. Fico indignada, porque os ônibus que circulam dentro de Brasília são milhares e desnecessários para pouca demanda. Enquanto isso, os ônibus do entorno ficam totalmente esquecidos. Há super lotação nos veículos, sujeira, falta de manutenção e atrasos. Acho que um transporte público de qualidade diminuiria a frota de carros de passeio e talvez resolveria ou amenizaria o caos diário dos engarrafamentos.

Ívia Cris, em sugestão para a melhoria do transporte público do Distrito Federal

Transporte II

Sugiro aumentar o número de ônibus, e otimizar terminais das cidades satélites com veículos expressos e semi-expressos, sem paradas até a rodoviária do Plano Piloto.

Roberta Ramos, em sugestão para a melhoria do transporte público do Distrito Federal

Transporte III

A melhoria seria ampliar a rede e ter um ônibus realmente atrás do outro. Se não tem como, minha ideia seria disponibilizar outro tipo de transporte, como o metrô (aumentar o número de linhas), para as regiões administrativas e o entorno. Enquanto isso, as conduções de Santa Maria para o Gama, por exemplo, são extremamente cheias no horário de pico, e ainda são menores.

Thiago Pefel, em sugestão para a melhoria do transporte público do Distrito Federal

Transporte IV

Mais Ônibus, melhoria na estrutura dos asfaltos e melhor planejamento estratégico para desafogar o trânsito.

Danilo Maurício, em sugestão para a melhoria do transporte público do Distrito Federal